



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
João Pessoa, Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n, Centro
Telefone: 3533.6136, e-mail: sci@trt13.jus.br

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2017
Auditoria das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios Financeiros
Exercício 2016

João Pessoa – Novembro/2017

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2017

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Protocolo 14.532/2017**
- 1.2. Áreas Auditadas: SPF**
- 1.3. Período Auditado: 2016**
- 1.4. Objetivos:**

Objetivo 1: Avaliação da conformidade das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros de 2016;

Objetivo 2: Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos relacionados à elaboração das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios Financeiros de 2016, avaliando quanto a qualidade e suficiência desses controles a fim de garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos da Unidade:

- a) ambiente de controle;**
- b) avaliação de risco;**
- c) atividades de controle;**
- d) informação e comunicação;**
- e) monitoramento.**

- 1.5. Equipe de Auditoria: Nathália de Almeida Torres, Marcos José Alves da Silva, Mari Hara Onuki Monteiro, José Hugo Leite Quinho e Maurício Dias Sobreira Bezerra.**

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	2
2 INTRODUÇÃO.....	4
3. Visão Geral do Objeto.....	6
3.1. Setores Envolvidos no Escopo da Auditoria.....	7
3.2 Legislação Pertinente Utilizada na Auditoria.....	7
4. Metodologia Utilizada.....	7
5. ACHADOS.....	8
6. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	13
7. CONCLUSÃO.....	14
8. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	15
GLOSSÁRIO.....	16
ANEXO 1.....	17

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA NATHALIA DE ALMEIDA TORRES (Lei 11.419/2006)
EM 24/11/2017 12:43:57 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 0B4F20619B.981F5D8E45.AB22F9A1BA.CEAB1824F

2. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, em cumprimento ao seu Plano Anual de Auditoria 2017, item 2.8 Auditoria das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios Financeiros do exercício de 2016, Comunicado de Auditoria 08/2017 da SCI TRT 13ª Região, Protocolo 14.532/2017, instaurou a presente auditoria, com os seguintes objetivos:

- Avaliação da conformidade das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios Financeiros de 2016;
- Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos relacionados à elaboração das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios Financeiros de 2016, avaliando quanto a qualidade e suficiência desses controles a fim de garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos da Unidade:
 - a) ambiente de controle;
 - b) avaliação de risco;
 - c) atividades de controle;
 - d) informação e comunicação;
 - e) monitoramento.

Sendo assim, foi constituída a Equipe de Auditoria pelo COMUNICADO DE AUDITORIA/TRT/SCI 08/2017 de 09 de outubro de 2017, sequencial 1 do protocolo 14.532/2017.

Nesse sentido, delegou-se a responsabilidade aos servidores apontados pelo comunicado supra para desenvolver esta auditoria, com vistas a responder as questões definidas na Matriz de Planejamento I - “Check list para análise das Demonstrações Contábeis” e na Matriz de Planejamento II - “Avaliação dos Controles Internos”, com a finalidade de obtenção de evidências necessárias ao embasamento da auditoria.

Objetivo 1

Check List para análise das Demonstrações Contábeis – (ANEXO 1)

Adaptado de OLIVEIRA, V.A; LEMES, S. *Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. Revista Contabilidade e Finanças. – USP, São Paulo, v.22, n, 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago. 2011.*

Objetivo 2

Avaliação dos Controles Internos

1. O Tribunal desenvolve procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sistemas eletrônicos?

2. Os documentos em papel são digitalizados e armazenados em meio eletrônico ou magnético, assinados e autenticados, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade que trata da escrituração em forma eletrônica?

3. As Demonstrações Contábeis e suas versões simplificadas são disponibilizadas para a sociedade e atendem as seguintes formas de divulgação:
 - (a) publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
 - (b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos;
 - (c) a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
 - (d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público?

4. O controle interno no Tribunal é exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo:
 - (a) a preservação do patrimônio público;
 - (b) o controle da execução das ações que integram os programas;

(c) a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas?

5. O Tribunal possui procedimentos de prevenção (medidas que antecedem o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil); e procedimentos de detecção (medidas que visem à identificação, concomitante ou a posteriori, de erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil) formalmente estabelecidos?

6. O sistema de informação e comunicação do Tribunal identifica, armazena e comunica toda informação relevante, na forma e nos períodos determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno?

3. VISÃO GERAL DO OBJETO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, quais sejam:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Sendo esta última obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

As estruturas das Demonstrações Contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em função da atualização dos anexos da Lei nº 4.320/1964, somente os demonstrativos enumerados no parágrafo anterior serão exigidos para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública (6º Edição, exercício 2016).

A avaliação de controles internos consiste na verificação da eficácia do sistema de controle interno (em nível de entidade) e das atividades de controle inerentes aos processos (em nível de atividades). A eficácia do controle interno é avaliada em relação aos cinco componentes do controle interno do Coso II.

A avaliação do controle interno da presente auditoria teve como fundamento a percepção/avaliação dos auditores em relação aos processos de trabalho relacionados a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis e demais relatórios financeiros do exercício de 2016.

3.1 SETORES ENVOLVIDOS NO ESCOPO DA AUDITORIA

- SPF.

3.2 LEGISLAÇÃO PERTINENTE UTILIZADA NA AUDITORIA

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;
- Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;
- Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014;
- Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª Edição;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

4. METODOLOGIA

Para execução do objetivo nº 01 da auditoria das Demonstrações Contábeis e

Relatórios Financeiros, foram elaboradas as questões de auditoria constantes do Check List para análise das Demonstrações Contábeis e foi solicitado a Unidade Auditada (Secretaria de Planejamento e Finanças), através da RDI 07/2017 (Protocolo 14.532/2017), o envio das Demonstrações Contábeis, incluídas as notas explicativas, e demais Relatórios Financeiros relativos ao exercício de 2016.

Em relação ao objetivo nº 02 foram elaboradas questões de auditoria para avaliação dos controles internos da Unidade Auditada relativos às atividades de elaboração e análise das Demonstrações Contábeis e demais Relatórios Financeiros.

Foram utilizados procedimentos de auditoria, que são um conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as informações auditadas, permitindo que eventuais distorções relevantes sejam identificadas. Os procedimentos utilizados foram:

Entrevista: formulação de pergunta escrita ou oral ao pessoal das unidades auditadas ou vinculadas, para obtenção de dados e informações;

Inspeção: envolve o exame de registros ou documentos (exame documental), internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo (inspeção física);

Cálculo: conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias;

Testes de observância – verificação da existência, efetividade e continuidade dos controles internos administrativos.

Os trabalhos foram realizados em conformidade com a Resolução CNJ nº 171, de 1º de Março de 2013 e, subsidiariamente, com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT. Nenhuma restrição foi imposta.

5. ACHADOS

Este item foi estruturado de forma a relacionar as constatações às questões de auditoria, definidas na matriz de achados.

5.1 Achado de Auditoria

O Tribunal está realizando teste de recuperabilidade em seus ativos?

a) Situação Encontrada

O Tribunal não está realizando teste de recuperabilidade em seus ativos.

b) Objeto

Demonstrações Contábeis e Relatórios Financeiros do exercício de 2016 (Protocolo 14.532/2017).

c) Critério

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Item 7.2 Redução ao Valor Recuperável

“ A entidade deve avaliar se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível possa ter sofrido perda por irrecuperabilidade. Caso isso aconteça, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade.”

d) Evidências

Demonstrações Contábeis e Relatórios Financeiros do exercício de 2016 (Protocolo 14.532/2017).

e) Possíveis causas da ocorrência do achado

- Falta de qualificação profissional do quadro de funcionários para a completa adequação às NBCASP;
- Falta de treinamento focado nas alterações trazidas pelas NBCASP;
- Escassez de tempo para a adequação às NBCASP e de pessoal para proceder a reavaliação de seus ativos

f) Efeitos/Consequências do achado

- Não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

(NBCASP) e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);

- Inadequação das informações contábeis aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos na Parte II do Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público.

g) Manifestação do Órgão/Entidade ou do Responsável

Quanto ao achado nº 01, a Unidade Auditada concorda que há escassez de tempo e de pessoal para proceder a reavaliação de seus ativos. Conforme determina o item 4.12, da Macro Função 02.03.35 (Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável), Manual Web SIAFI, deve ser formada uma comissão de mínimo três servidores, ou contratar peritos, ou empresa especializada para elaboração de Laudo de Avaliação.

h) Análise da Equipe de Auditoria

A escassez de tempo e de pessoal para proceder a realização do teste de recuperabilidade dos ativos, assim como a falta de qualificação profissional é motivo satisfatório para o não cumprimento do que determina o item 4.12, da Macro Função 02.03.35 (Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

i) Recomendações

- Criação de uma Comissão Especial para atuar na reavaliação e *impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos) dos bens que compõem o patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

- Realização de treinamento do Pessoal responsável pela realização das reavaliações e pelo *impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos) dos bens que compõem o patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

- Elaboração de um plano para implementação do *impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos) no Tribunal.

j) Benefícios Esperados

Maior transparência e fidedignidade nas Demonstrações Contábeis emitidas pelo Tribunal, pois essas mudanças permitirão informações claras e detalhadas sobre o patrimônio e os recursos públicos.

5.2 Achado de Auditoria

Como é feita a divulgação das Demonstrações Contábeis do Tribunal? Site da Instituição? Imprensa Oficial? Outro meio de comunicação de acesso público?

a) Situação Encontrada

O Tribunal não divulga ou divulga de forma limitada as Demonstrações Contábeis nos seus sítios na internet.

b) Objeto

www.trt13.jus.br/

www.trt13.jus.br/intranet

c) Critério

Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único: A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento.

d) Evidências

www.trt13.jus.br/

www.trt13.jus.br/intranet

e) Possíveis causas da ocorrência do achado

O TRT13 divulga suas Demonstrações Contábeis na internet, mas de forma limitada.

f) Efeitos/Consequências do achado

A transparência das informações não estará completamente garantida.

g) Manifestação do Órgão/Entidade ou do Responsável

Quanto ao achado nº 02, a Unidade Auditada informa que no sequencial 025 do Protocolo 000.21135/2016 (Elaboração do Relatório de Gestão – Exercício 2016) existe determinação do Desembargador Presidente a divulgação na internet do Relatório de Gestão 2016 à ACS, a rigor do que dispõe a Lei N. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Portanto os Balanços e as Demonstrações Contábeis do Órgão foram divulgados.

h) Análise da Equipe de Auditoria

Esta equipe de auditoria já havia identificado que as Demonstrações Contábeis constam no Relatório de Gestão e que este é divulgado na internet (<https://www.trt13.jus.br/contaspublicas/>). Entretanto, entendemos que a divulgação das Demonstrações Contábeis em local separado e visível facilita o acesso dos usuários externos, tal como ocorre em outros Tribunais a exemplo do TRT1, TRT2, TRT7, TRT24, TRT 12, entre outros.

i) Recomendações

Divulgação anual das Demonstrações Contábeis e Relatórios Financeiros em local

específico no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

j) Benefícios Esperados

- O uso de ferramentas e tecnologias de informação, especialmente da internet, torna-se um forte aliado, capaz de dar visibilidade e transparência às decisões e aos resultados alcançados, por meio da criação de condições favoráveis de acesso aos dados públicos.
- A divulgação na internet/intranet permite aumentar substancialmente as formas de participação popular na avaliação e controle dos serviços públicos.

6. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

A avaliação de controles internos consiste na verificação da eficácia do sistema de controle interno (em nível de entidade) e das atividades de controle inerentes aos processos (em nível de atividades). A eficácia do controle interno é avaliada em relação aos cinco componentes do controle interno do Coso II.

A avaliação do controle interno da presente auditoria teve como fundamento a percepção/avaliação dos auditores em relação aos processos de trabalho relacionados a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis e demais relatórios financeiros do exercício de 2016. Após a realização da Avaliação dos Controles Internos chegou-se as seguintes constatações:

- O TRT 13ª Região possui procedimentos que garantem a segurança, preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos nos sistemas eletrônicos.
- Os documentos e papéis são armazenados também em meio eletrônico, assinados, autenticados, em observância as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- A Unidade Auditada possui procedimentos de prevenção e detecção estabelecidos para prevenir e corrigir a ocorrência de inadequações e intempestividade da informação contábil como por exemplo, conciliação das transações e dos registros contábeis, segregação de funções (ninguém tem sob sua inteira responsabilidade todas as fases de uma operação) métodos de aprovação das operações,

organogramas e responsabilidade claramente definidas, etc.

- O sistema de informação e comunicação do Tribunal identifica, armazena e comunica toda informação relevante, na forma e no período determinado, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno.

Entretanto, no que se refere ao componente de controle interno INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO esta equipe de auditoria entendeu, apenas a título de oportunidade de melhoria, que a divulgação das Demonstrações Contábeis em local separado e visível facilita o acesso dos usuários externos, tal como ocorre em outros Tribunais a exemplo do TRT1, TRT2, TRT7, TRT24, TRT 12, entre outros.

Diante dessas evidências esta equipe de auditoria considerou o controle interno relacionado a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis como SATISFATÓRIO.

7. CONCLUSÃO

Finalizado o relatório e cumprido as determinações emanadas do COMUNICADO DE AUDITORIA/TRT/SCI 08/2017 de 09 de outubro de 2017, sequencial 1 do protocolo 14.532/2017.e de acordo com os objetivos propostos nesta auditoria de avaliação da conformidade das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros de 2016.

Ficou constatado, em relação ao objetivo nº 01, que as Demonstrações Contábeis e relatórios financeiros do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região de modo geral atendem a estrutura das Demonstrações Contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 bem como, estão em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

O Achado encontrado refere-se a não realização, pelo Tribunal, do *impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos), conforme determina o item 4.12, da Macro Função 02.03.35 (Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável), Manual Web SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tal achado é justificado pela escassez de tempo e força de trabalho capacitada para consecução desses objetivos, de modo que foram feitas recomendações no intuito de efetivar seu cumprimento.

Em se tratando do objetivo nº 02 esta equipe de auditoria considerou o controle interno relacionado a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis como

satisfatório, tendo feito somente uma recomendação, a título de oportunidade de melhoria, de que a divulgação das Demonstrações Contábeis seja feita em local separado e visível a fim de facilitar o acesso dos usuários externos, tal como ocorre em outros Tribunais a exemplo do TRT1, TRT2, TRT7, TRT24, TRT 12, entre outros.

8. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do caráter conclusivo deste relatório, sugere-se seu envio ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias.

À superior apreciação do Diretor da Secretaria de Controle Interno.

João Pessoa, 24 de novembro de 2017

Equipe de Auditoria:

Nathália de Almeida Torres

Chefe do Núcleo de Fiscalização e Auditoria Contábil, Financeira e Orçamentária
Líder da Auditoria

José Hugo Leite Quinho

Chefe do Núcleo de Fiscalização e Auditoria Administrativa
Membro da Auditoria

Maurício Dias Sobreira Bezerra

Chefe da Seção de Fiscalização e Auditoria Operacional e de Conformidade
Membro da Auditoria

Marcos José Alves da Silva

Chefe da Seção de Fiscalização e Auditoria de Pessoal
Membro da Auditoria

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA NATHALIA DE ALMEIDA TORRES (Lei 11.419/2006)
EM 24/11/2017 12:43:57 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 0B4F20619B.981F5D8E45.AB22F9A1BA.CEA1B1824F

GLOSSÁRIO

ACS – Assessoria de Comunicação Social

CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

SCI – Secretaria de Controle Internos

SPF – Secretaria de Planejamento e Finanças

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA NATHALIA DE ALMEIDA TORRES (Lei 11.419/2006)
EM 24/11/2017 12:43:57 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 0B4F20619B.981F5D8E45.AB222F9A1BA.CEA1B1824F

Check List

ANEXO I	
CHECK-LIST PARA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	
Parte V do MCASP e NBC T 16.6 e 16.7- alterada para Resolução CFC nº 1437/13	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Apresenta: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. (Obrigatória para as empresas estatais dependentes) e Notas Explicativas.	✓
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e processados não liquidados.	✓
Evidencia receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica, confronta orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstra o resultado orçamentário e discrimina as receitas por fonte (espécie) e despesas por grupos de natureza.	✓
Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar.	✓
Demonstra as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.	✓
Demonstra em caso de desequilíbrio financeiro o déficit ou superávit decorrentes da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgados nos últimos quatro meses do ano Anterior.	✓
Utiliza-se as classes 5, grupo 2 (orçamento aprovado; previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (execução do orçamento; realização da receita e execução da despesa) do PCASP.	✓
Quando for o caso, apresenta em notas explicativas detalhamento despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas); e, valores referentes à abertura de créditos adicionais e cancelamento de créditos de forma a evidenciar a diferença entre a dotação inicial e a atualizada.	✓
Inclui no quadro principal da receita orçamentária, na linha: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, operações de créditos/refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	✓
Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, na linha: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, amortização da dívida/Refinanciamento e superávit.	✓
Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos e cancelados.	✓
Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos e cancelados.	✓

Check List

A Demonstração está devidamente assinada pelos responsáveis.	✓
Há evidências em Notas Explicativas acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis; das políticas contábeis, tais como: os princípios, as bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade pública na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; das principais estimativas referentes aos períodos futuros e as fontes de erros de estimativas, na data a que se referem às demonstrações, que têm risco significativo de causar ajuste material dos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro; além de outras informações, tais como: domicílio e classificação jurídica da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; e, legislação relevante que rege suas operações.	✓
BALANÇO FINANCEIRO	
Evidencia a receita e a despesa orçamentária, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.	✓
Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.	✓
Utiliza-se as seguintes classes do plano de contas: Classe 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários bem como para os saldos em espécie para os exercícios anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte; classe 3 (VPD) para transferências financeiras concedidas e 4 (VPA) para as transferências financeiras recebidas; classe 5 (orçamento aprovado) para inscrição de restos a pagar; e, classe 6 (execução do Orçamento) para a receita orçamentária, despesa orçamentária e pagamento de restos a pagar.	✓
A Demonstração está devidamente assinada pelos responsáveis.	✓
Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	✓
Há evidências em Notas Explicativas acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis; das políticas contábeis, tais como: os princípios, as bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade pública na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; das principais estimativas referentes aos períodos futuros e as fontes de erros de estimativas, na data a que se referem às demonstrações, que têm risco significativo de causar ajuste material dos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro; além de outras informações, tais como: domicílio e classificação jurídica da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; e, legislação relevante que rege suas operações.	✓
BALANÇO PATRIMONIAL	
Composto por: quadro principal; quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; quadro das Contas de Compensação (controle); e, quadro do Superávit/Déficit Financeiro.	✓
Inclui no quadro principal na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadas) e Ativo não Circulante (Realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido).	✓

Check List

Inclui no quadro principal na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, obrigações de repartições a outras fontes, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	✓
Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido: Patrimônio Social e Capital Social, adiantamento para futuro aumento de capital, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, resultados acumulados e ações/cotas em tesouraria.	✓
Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro e passivo permanente.	✓
Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	✓
Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Superávit Financeiro, Déficit Financeiro e Fonte de Recursos.	✓
Utiliza-se as classes 1(ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP, além da classe 8 (controles credores) para o quadro referente às Compensações.	✓
A Demonstração está devidamente assinada pelos responsáveis.	✓
Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	✓
Há evidências em Notas Explicativas acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis; das políticas contábeis, tais como: os princípios, as bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade pública na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; das principais estimativas referentes aos períodos futuros e as fontes de erros de estimativas, na data a que se referem às demonstrações, que têm risco significativo de causar ajuste material dos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro; além de outras informações, tais como: domicílio e classificação jurídica da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; e, legislação relevante que rege suas operações.	✓
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
Apresenta as variações patrimoniais quantitativas (Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD) e variações patrimoniais qualitativas (facultativa).	✓
Apresenta o resultado patrimonial do período.	✓
Utiliza-se as classes 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) do PCASP e classe 6 para variações qualitativas (facultativo).	✓
A Demonstração está devidamente assinada pelos responsáveis.	✓
Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	✓

Check List

Há evidências em Notas Explicativas acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis; das políticas contábeis, tais como: os princípios, as bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade pública na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; das principais estimativas referentes aos períodos futuros e as fontes de erros de estimativas, na data a que se referem às demonstrações, que têm risco significativo de causar ajuste material dos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro; além de outras informações, tais como: domicílio e classificação jurídica da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; e, legislação relevante que rege suas operações.	✓
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.	✓
Composta por quadro principal; quadro de receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos Sociais.	✓
Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos).	✓
A Demonstração está devidamente assinada pelos responsáveis.	✓
No caso de não apresentação da demonstração apresenta declaração justificando o caráter facultativo da apresentação.	N/A
Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	✓
Há evidências em Notas Explicativas acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis; das políticas contábeis, tais como: os princípios, as bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade pública na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis; das principais estimativas referentes aos períodos futuros e as fontes de erros de estimativas, na data a que se referem às demonstrações, que têm risco significativo de causar ajuste material dos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro; além de outras informações, tais como: domicílio e classificação jurídica da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; e, legislação relevante que rege suas operações.	✓
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
O Patrimônio Público está estruturado em três grupos: Ativo; Passivo; e, Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial.	✓
A classificação do ativo e passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade (NBC T 16.6).	✓
Os itens do Balanço se enquadram na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, atentando para sua essência e realidade econômica.	✓
Apresenta o Resultado Patrimonial (déficit ou superávit) correspondente a diferença entre o valor total de VPA menos VPD.	✓
No Patrimônio Líquido está evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.	✓
ESCOPO E EVIDENCIAÇÃO	

Check List

Demonstra a integração dos planos hierarquizados interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, e evidenciando as diferenças relevantes por meio de notas explicativas.	✓
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
As variações patrimoniais que afetam o patrimônio líquido mantêm correlação com as respectivas contas patrimoniais	✓
As transações que envolvem valores de terceiros são demonstradas de forma segregadas.	✓
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	
Há evidenciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.	✓
Os ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota Explicativa.	N/A
Há divulgação dos critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; os métodos de depreciação utilizados; as vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas; o valor contábil bruto e depreciação acumulada no início e no final do período e a conciliação do valor contábil no início e no final do período, para cada grupo do imobilizado.	✓
No caso de reavaliação de itens do ativo imobilizado são divulgados: a data efetiva da reavaliação; os responsáveis; os métodos e premissas aplicados à estimativa do valor justo dos itens; se o valor justo foi determinado a partir de preços observáveis em mercado ativo ou baseado em transações de mercado recente.	N/A
Há divulgação da vida útil indefinida ou definida e, se definida, dos prazos de vida útil ou das taxas de amortização utilizadas; os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida; valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período, e, conciliação do valor contábil no início e no final do período para cada classe de ativo intangível, fazendo distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.	✓
Há divulgação do valor das perdas por irrecuperabilidade reconhecidas no resultado durante o período; e do valor das reversões de perdas por irrecuperabilidade reconhecidas no resultado do período para cada classe de ativos.	X
Para cada perda por irrecuperabilidade ou reversão reconhecida durante o período, há evidenciação dos eventos e das circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por irrecuperabilidade; do valor da perda por irrecuperabilidade reconhecida ou revertida; da natureza do ativo; do segmento ao qual o ativo pertence; se o valor recuperável do ativo é seu valor justo menos os custos de alienação ou seu valor em uso; se o valor recuperável é determinado pelo valor justo menos o custo de alienação e se o valor recuperável for determinado pelo valor em uso.	X
Na depreciação de imóveis é verificada, somente a parcela correspondente a construção, não depreciando o terreno, sendo devidamente evidenciado em nota explicativa.	✓
A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.	✓
MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	
São aplicados métodos de mensuração e avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e perdas Patrimoniais.	✓

Check List

O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis são realizados à conta do patrimônio líquido e evidenciados em notas Explicativas.	✓
Há evidenciação em notas explicativas de que as disponibilidades e as aplicações financeiras foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.	✓
Há evidenciação em notas explicativas de que os créditos e obrigações foram mensurados ou avaliados pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.	✓
As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis Valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos, evidenciadas em notas explicativas.	N/A
Há evidenciação em notas explicativas de que os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.	✓
Há evidenciação em notas explicativas de que foi utilizado o custo médio ponderado como método para mensuração e avaliação das saídas dos Estoques.	✓
As participações em empresas e em consórcio públicos ou público-privados sobre cuja administração tenha influencia significativa, quando for o caso, devem ser mensuradas e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, devidamente evidenciada em nota explicativa.	N/A
As demais participações, quando for o caso, devem ser mensuradas e avaliadas de acordo com o custo de aquisição, devidamente evidenciada em nota explicativa.	N/A
Há evidenciação em notas explicativas sobre o reconhecimento inicial do ativo imobilizado com base no valor de aquisição, produção ou construção.	✓
Há evidenciação em notas explicativas, quando for o caso, sobre o critério de mensuração ou avaliação dos ativos imobilizados obtidos a título gratuito.	N/A
Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo valora o mesmo pelo modelo de custo ou da reavaliação, evidenciando o modelo escolhido em nota explicativa.	✓
Os intangíveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução do valor recuperável (impairment), devidamente evidenciado em notas explicativas.	✓
Apresenta critérios de mensuração ou avaliação dos ativos intangíveis obtidos a título gratuito e as eventuais impossibilidades de sua valoração estão evidenciadas em notas explicativas.	N/A
Há reconhecimento inicial do ativo intangível pelo custo, devidamente evidenciado em nota explicativa.	N/A
Após o reconhecimento inicial o ativo intangível está mensurado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda por irreversibilidade ou reavaliação, quando aplicável, devidamente evidenciada em nota Explicativa.	✓
Os ativos adquiridos por meio de transação sem contraprestação estão inicialmente mensurados pelo seu valor justo da data de aquisição e estão devidamente evidenciados em notas explicativas	N/A
Há registros de créditos a receber em virtude da ocorrência do lançamento de tributos.	N/A
Há registros de inscrição e baixa da dívida ativa tributária e sua devida evidenciação em notas explicativas.	N/A

Check List

Há reconhecimento de provisões nas demonstrações contábeis, devidamente evidenciada em nota explicativa.	N/A
Há divulgação do valor contábil no início e no final do período; das provisões complementares feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; dos valores utilizados; e, dos valores não utilizados durante o período para cada classe de provisão.	N/A
Há divulgação da natureza da obrigação e do cronograma previsto de qualquer saída resultante dos benefícios econômicos ou potencial de serviços; indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; e, quantia de algum reembolso esperado, indicando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado para cada classe de provisão.	N/A
Há divulgação na data do balanço de uma breve descrição da natureza do passivo contingente e onde praticável: uma estimativa de seus efeitos financeiros; uma indicação das incertezas em relação a quantia ou periodicidade da saída; e, a possibilidade de algum reembolso, para cada classe de passivo contingente.	N/A
PCASP	
Nas Demonstrações Contábeis a natureza das informações é evidenciada pelas contas do PCASP: 1, 2, 3 e 4 de natureza patrimonial; 5 e 6 orçamentária; e, 7 e 8 controle.	✓
As contas do Balanço Patrimonial apresentam o indicador para cálculo do Superávit Financeiro, ou seja, as contas do Ativo e do Passivo estão acompanhadas dos atributos "F" ou "P", entre parênteses para indicar se são contas financeiras ou permanentes.	N/A
Os atos da administração com potencial de modificar o patrimônio da entidade estão evidenciados nas contas de compensação do Balanço Patrimonial.	✓
Os lançamentos contábeis são realizados utilizando contas de uma mesma natureza de informações: classes 1 a 4 – lançamentos de natureza patrimonial; classes 5 e 6 – lançamentos de natureza orçamentária e classes 7 e 8 – lançamentos de natureza de controle.	✓
Os totais lançados a débito e a crédito em contas de mesma natureza de informação estão apresentando valores iguais.	✓
CONSISTÊNCIA DOS SALDOS DO BALANÇO ATRAVÉS DE EQUAÇÕES CONTÁBEIS	
Há consistência na conferência de saldos do Balanço Patrimonial – Equação: $\Sigma \text{Ativo} = \Sigma (\text{Passivo} + \text{PL})$.	✓
Há consistência na conferência de saldos dos Balanços – Equação: $\Sigma \text{das contas filhas} = \Sigma \text{das contas mães}$.	✓
Há consistência na conferência dos saldos do BP com DFC – Equação: Saldo de caixa e equivalente de Caixa (BP) = Caixa e equivalente de caixa (DFC).	✓
Há consistência na conferência dos saldos da DVP com BP – Equação: Resultado Patrimonial (DVP) = Lucros e Prejuízos do Exercício (BP).	✓
Há consistência no valor do superávit financeiro do quadro que acompanha o BP – Equação: Ativo Financeiro – Passivo Financeiro = Ativo (F) – Passivo (F) + Créditos empenhado a liquidar + Empenhos a Liquidar inscritos em RP não Processados + RP não processado a liquidar.	✓
Há consistência na conferência de saldos das contas de Passivo ("F") e Execução Orçamentária. Quadro do Superávit Financeiro que acompanha o BP com Σ (contas do Passivo Financeiro) – Equação: Passivo Financeiro = Crédito Empenhado em Liquidação + Crédito Empenhado Liquidado + RP não Processados em Liquidação + RP Processados a Pagar + contas do Passivo com atributo "F" independentes da execução orçamentária.	✓

Check List

Há consistência entre as contas patrimoniais. – Equação: Imobilizado ≥ Depreciação Acumulada + Redução ao Valor Recuperável.	✓
Há consistência entre as contas de resultado. – Equação: Total da VPD Intra OFSS = Total da VPA Intra OFSS.	✓
Há consistência na conferência de saldos de natureza orçamentária. – Equação: Dotação Adicional por tipo de Crédito = Dotação Adicional por Fonte.	✓
A existência de saldo em contas contábeis descritas como “outros” ou “outras” está limitada a 10% do total do grupo.	✓

LEGENDA:	
	- Não atende
	- Atende
N/A	- Não se Aplica

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA NATHALIA DE ALMEIDA TORRES (Lei 11.419/2006)
EM 24/11/2017 12:43:57 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 0B4F20619B.981F5D8E45.AB22F9A1BA.CEAF1B1824F